



**CFM**  
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

## **RESOLUÇÃO CFM nº 1.819/2007**

(Publicada no D.O.U. 22 maio 2007, Seção I, pg. 71)

**Modificada pela Resolução CFM n. 1976/2011**

Proíbe a colocação do diagnóstico codificado (CID) ou tempo de doença no preenchimento das guias da TISS de consulta e solicitação de exames de seguradoras e operadoras de planos de saúde concomitantemente com a identificação do paciente e dá outras providências.

Presidente em Exercício      Secretária-Geral O Conselho Federal de Medicina, no uso das atribuições conferidas pela Lei n.º 3.268, de 30 de setembro de 1957, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, e Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004,

**CONSIDERANDO** a necessidade de regulamentação dos aspectos éticos relacionados ao preenchimento das guias de consultas emitidas pelas seguradoras e operadoras de planos de saúde;

**CONSIDERANDO** que o ser humano deve ser o principal alvo da atenção médica;

**CONSIDERANDO** o que preceitua o artigo 5º, inciso X da Constituição da República Federativa do Brasil;

**CONSIDERANDO** o que preceituam os artigos 153, 154 e 325 do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940);

**CONSIDERANDO** o que preceitua o artigo 229, inciso I do Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002);

**CONSIDERANDO** o que determina o artigo 205 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

**CONSIDERANDO** o constante nos artigos 8, 11, 45 e todo o Capítulo IX do Código de Ética Médica;

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 14 do Regimento Interno do Conselho Federal de Medicina, aprovado pela Resolução CFM nº 1.753/2004, de 08/10/2004;

**CONSIDERANDO** que as informações oriundas da relação médico-paciente pertencem ao paciente, sendo o médico apenas o seu fiel depositário;

**CONSIDERANDO** que o ordenamento jurídico nacional prevê situações excludentes do segredo profissional;

**CONSIDERANDO** ser indispensável ao médico identificar o paciente ao qual assiste;

**CONSIDERANDO**, finalmente, o decidido na sessão plenária de 17/5/2007,



**CFM**  
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

## RESOLVE:

**Art. 1º** Vedar ao médico o preenchimento, nas guias de consulta e solicitação de exames das operadoras de planos de saúde, dos campos referentes à Classificação Internacional de Doenças (CID) e tempo de doença concomitantemente com qualquer outro tipo de identificação do paciente ou qualquer outra informação sobre diagnóstico, haja vista que o sigilo na relação médico-paciente é um direito inalienável do paciente, cabendo ao médico a sua proteção e guarda.

**Parágrafo único.** Excetuam-se desta proibição os casos previstos em lei. *(Redação modificada pela [Redação CFM n. 1976/2011](#))*

~~**Redação anterior:** Parágrafo único. Excetuam-se desta proibição os casos previstos em lei ou aqueles em que haja transmissão eletrônica de informações, segundo as resoluções emanadas do Conselho Federal de Medicina.~~

**Art. 2º** Considerar falta ética grave todo e qualquer tipo de constrangimento exercido sobre os médicos para forçá-los ao descumprimento desta resolução ou de qualquer outro preceito ético-legal.

**Parágrafo único.** Respondem perante os Conselhos de Medicina os diretores médicos, os diretores técnicos, os prepostos médicos e quaisquer outros médicos que, direta ou indiretamente, concorram para a prática do delito ético descrito no *caput* deste artigo.

**Art. 3º** Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de maio de 2007.

**ROBERTO LUIZ d'AVILA**  
Presidente do CFM

**LÍVIA BARROS GARÇÃO**  
Secretária-geral do CFM